

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

# EDUCAÇÃO E REALIDADE

v. 10  
n. 2  
maio / ago. 1985  
Porto Alegre  
ISSN 0100-3143

Educ. e Real.	Porto Alegre	v. 10	n. 2	p. 1-112	maio / ago. 1985 <sup>1</sup>
---------------	--------------	-------	------	----------	-------------------------------

---

## HISTÓRIA, SOCIALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER GAÚCHA: UMA ANÁLISE LONGITUDINAL (1946-1982)\*

Marcello Baquero\*\*  
Jussara R. Prá\*\*\*

---

### RESUMO

Mais do que nunca, a sociedade brasileira, na medida em que atravessa uma fase de transição política vê-se na necessidade de incorporar segmentos sociais que tradicionalmente encontravam-se marginalizados do processo político.

Um destes grupos, entre outros, é constituído pelo sexo feminino. Sabe-se que vários fatores têm contribuído para manter a mulher afastada de atividades políticas, tais como: a prevalência da sociedade patriarcal, a manutenção de normas e valores tradicionais, a diferenciação na socialização política do homem e da mulher e a emergência e manutenção de regimes autoritários.

Este estudo tem como objetivo principal analisar a participação política da mulher gaúcha em dois momentos: o primeiro examina a representação parlamentar utilizando dados oficiais, numa perspectiva histórica (1946-1982). No segundo momento, através de dados de pesquisas de campo preeleitorais (1968-1982), procura-se identificar os níveis de participação política da mulher em comparação ao sexo masculino.

Os resultados mostram que a mulher pouco tem evoluído em termos de participação política nos dois níveis examinados. O crescimento mínimo constatado na representação parlamentar feminina está longe de ser compatível com a importância eleitoral quantitativa e qualitativa da mulher no Rio Grande do Sul.

---

\* Versão modificada de trabalho apresentado na 36a. Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, São Paulo, 1984.

\*\* Prof. do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências do Homem da UFRGS.

\*\*\* Membro da Comissão Coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher do RS.

## INTRODUÇÃO

A bibliografia sobre a influência da variável “sexo” nas atividades políticas oportuniza inúmeras direções para a análise da participação política feminina. É comum constatar, entre outras coisas, que as mulheres tendem a votar em menor índice do que os homens. A questão que se impõe face a este resultado é: quais as modalidades de participação da mulher em atividades políticas? Especificamente, qual a situação da mulher porto-alegrense em termos de sua ingerência política.

São estas questões que orientam a estruturação deste trabalho. Seu objetivo principal é caracterizar a participação da mulher gaúcha (portoalegrense) num contexto longitudinal, tanto a nível de ocupação de cargos públicos, como a nível das diferentes e variadas formas de participação política.

Para alcançar este objetivo, foram utilizados tanto dados oficiais dos Arquivos da Assembléia Legislativa e do Tribunal Eleitoral do RS, bem como dados de pesquisas pré-eleitorais realizadas desde 1968, em Porto Alegre(1).

## REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A bibliografia sobre a temática da participação política é relativamente extensa. O envolvimento de cidadãos em atividades políticas tem sido examinado sob várias perspectivas teóricas e níveis de análise.

Na perspectiva “macro”, por exemplo, a participação política é vista através da relação entre os níveis de desenvolvimento de um país e os índices de envolvimento político de seus cidadãos(2). A teoria liberal, a este respeito, argumenta que: quanto mais desenvolvida economicamente uma nação, maior a possibilidade de se encontrar altos índices de participação política. A premissa básica é de que maior desenvolvimento econômico influencia a implantação de uma democracia participativa. Esta corrente de pensamento, entretanto, carece de aplicabilidade nos países da América Latina, onde se observa que a participação política independe, em vários casos, do nível de desenvolvimento econômico. Ao contrário, a tendência que se tem notado nas últimas décadas é de que países mais avançados como o Brasil e a Argentina, por exemplo, são os que

---

(1) Os dados utilizados das pesquisas de campo realizadas pelo Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, são de amostras probabilísticas em Porto Alegre. As amostras foram selecionadas em etapas sucessivas. Na primeira etapa, utilizando-se do Censo Demográfico de 1962 e 1974, vários setores foram selecionados, representando os diversos estratos sociais existentes na capital gaúcha. A segunda etapa consistiu na enumeração e seleção de municípios nos setores previamente selecionados. Finalmente, dentro de cada domicílio foi selecionado probabilisticamente, uma pessoa para ser entrevistada. O instrumento utilizado nas várias pesquisas foi um questionário padronizado incluindo perguntas abertas e fechadas.

(2) Alguns dos principais proponentes desta escola são: Samuel Huntington e Joan Nelson. *No Easy Choice: Political Participation in Developing Countries*. Cambridge, Harvard University Press, 1976; Seymour M. Lipset. *Political Man*. New York, Penguin, 1974.

têm experimentado a implantação de regimes autoritários. Neste contexto, desenvolvimento econômico pode ser necessário, mas não suficiente para garantir uma democracia participatória.

Na perspectiva “micro”, o indivíduo é a unidade de análise<sup>(3)</sup>. Esta corrente de pensamento parte da premissa que a participação política depende, única e exclusivamente, da postura de cada um em relação a determinados assuntos. É o indivíduo que determina se participa ou não de atividades políticas. Nesta perspectiva teórica atribui-se um papel importante aos processos de socialização política, eficácia política e politização em geral.

Embora a perspectiva micro também apresente algumas deficiências de cunho metodológico, esta parece ser a mais adequada para tentar captar os fatores que influenciam a forma de participação política dos cidadãos numa sociedade.

O ideal, no entanto, seria utilizar um nível intermediário de análise capaz de proporcionar uma compreensão mais aprofundada sobre os elementos subjacentes à participação política da mulher.

Não se pode negar que existe uma influência recíproca entre os níveis de análise macro e micro. Os dois não são mutuamente excludentes. Pode-se observar isto, particularmente nos países da América Latina onde se constata o impacto desmobilizador que um governo de caráter autoritário pode ter nas atitudes das pessoas em relação a sua participação em atividades de natureza política.

A repressão e a violência, por vezes utilizadas pelo aparelho governamental, têm um impacto de desmobilização a médio prazo entre os cidadãos, os canais de participação política, tais como os partidos políticos e os sindicatos, estão sujeitos a um controle substancial por parte do Estado, limitando, assim, sua capacidade organizadora de setores importantes da sociedade civil. Em alguns casos, estas instituições são proibidas de existir e, quando existem, exercem um papel simbólico e extremamente deficiente no que se refere a capacidade de aglutinar as massas de forma organizada. São entidades amorfas que simplesmente tendem, na maior das vezes, a legitimar uma situação política imposta. Esquecem que foram criados para alcançar um fim, e tornam-se um fim em si mesmos.

Como se sabe, o Brasil se enquadra nesta categoria a partir, principalmente, de 1984. O regime, que se instalou com a revolução, foi francamente desmobilizador e não permitiu que as massas fossem organizadas através de instituições tradicionais, características de governos democráticos, tais como partidos políticos e sindicatos, entre outros.

Portanto, é de se supor que, ao longo dos anos, o caráter desmobilizador do regime tenha afetado de alguma forma as atitudes das pessoas. E é, neste contexto

---

(3) Um dos principais teóricos desta corrente de pensamento é: Lester W. Milbrath. *Political Involvement: How and Why do People Get Involved in Politics*. Chicago, Rand McNally, 1965; Vide também: Gabriel Almond e Sidney Verba. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Boston. Little Brown, 1963.

que interessa saber qual o impacto da existência de um regime autoritário na participação política da mulher portoalegrense.

Fanny Tabak (1983a), em seu estudo sobre Autoritarismo e participação política da mulher, tem argumentado que "... nas últimas décadas o processo de socialização política em regimes autoritário assume especificidades próprias e características diferenciadas para cada sexo". Neste sentido, no Brasil, a família, a escola e as instituições políticas, não têm contribuído para uma maior socialização das mulheres no sentido de ampliar a sua participação na área política. Por sua vez, Judith Astelarra (s.d., p. 11) argumenta que "o fato de que a subordinação da mulher permaneça em todas as formas de família (e em consequência, em todas as formas de organização social), repousa principalmente na existência da ideologia patriarcal".

Isto se reflete no plano de cargos políticos exercidos por mulheres nos últimos anos. De acordo com Tabak (1983, p. 28), a participação da mulher em cargos políticos é tão inexpressiva hoje como na década de 40.

Assim, ao se observar os resultados dos pleitos eleitorais nas últimas décadas, constata-se que, proporcionalmente, o papel da mulher no cenário político pouco tem evoluído. O número de mulheres como candidatas tem crescido muito lentamente. Entretanto, apesar de lenta e difícil e nem sempre estar expressa com clareza, parece que a mulher gaúcha está começando a tornar consciência da importância e da influência que poderia exercer no campo da política.

## **RETROSPECTIVA HISTÓRICA**

A incorporação do segmento feminino como fator preponderante nos resultados de pleitos eleitorais pode ser ligada à longa luta da mulher pela consolidação de direitos iguais entre os sexos, iniciada na época do Império, por algumas mulheres que buscavam maior envolvimento na área política.

No final do século XIX, a mulher não esteve afastada das transformações pelas quais passava o país. Mesmo que a sua proximidade às mudanças fosse mínima.

Nísia Floresta, por exemplo, abolicionista, republicana e feminista, nascida em 1809, foi uma exceção em sua época por ter quebrado o silêncio da mulher brasileira no período do Império. Viveu na Europa e foi influenciada por muitos intelectuais, inclusive pelo filósofo Augusto Comte.

No ano de 1842, Nísia promoveu, no Rio de Janeiro, conferências sobre a Abolição e a República. Fato extraordinário para alguém do sexo masculino, quanto mais para uma mulher.

Em meados do século XIX, várias intelectuais, esposas e filhas de famílias abastadas, mulheres das classes dominantes (média e alta), enfim, vão ser a mola mestra na luta pelas mudanças políticas que se iniciam na sociedade brasileira. E, apesar dos limites estreitos, algumas mulheres conseguiram romper seu isolamento e forçar uma atuação mais ampla na vida política, através da busca

pela igualdade de direitos entre os sexos, ainda que nem sempre bem vista.

Uma vez iniciada a luta por direitos iguais aos do homem, a mulher passou a reivindicar melhor educação, melhores condições de trabalho e a obtenção de direitos políticos. A luta por estes direitos foi assumida pelo movimento sufragista feminino e passou a ter caráter jurídico na medida em que exigia a inclusão da mulher no Código Eleitoral. O direito do voto feminino foi autorgado no decreto de nº 21076 de 24 de fevereiro de 1932 e referendado ao artigo de nº 108 da Constituição de 1934.

A luta dos movimentos feministas, no sentido de dar continuidade à evolução política da mulher foi, no entanto, interrompida pelos entraves do desenvolvimento político do país. A partir de 1937, com o “Estado Novo”, as instituições políticas pouco contribuem para a organização política da mulher. Mesmo em 1945, com a “redemocratização” poucos são os esforços no sentido de conscientizar a mulher de sua responsabilidade política. Em 1964, com a implantação de um regime de cunho autoritário, não só a mulher como toda a sociedade civil brasileira, passam a viver um período de exceção política.

De modo geral, os acontecimentos na história política brasileira, marcados por intervenções autoritárias e pela constante desmobilização da sociedade civil, aliados a uma série de fatores culturais e sociais, impediram a articulação feminina e a criação de uma tradição de participação política por parte das mulheres desta sociedade. O que não quer dizer que não exista participação política feminina, ela existe, apesar de se manifestar de forma reduzida.

Em síntese, a história política brasileira revela que a mulher brasileira tem participado pouco em atividades político-eleitorais ou como postulante a cargos públicos.

Cumpram ressaltar que a Constituição Brasileira não impede as mulheres de se candidatarem a postos políticos: estas restrições parecem existir muito mais na prática em função de atitudes preconceituosas, não só por parte dos homens mas também da própria mulher que tende a encarar o setor público como uma esfera do domínio masculino. Como tem sido observado “não é fácil para uma mulher assumir sua autonomia numa sociedade que não está estruturada para aceitá-la” (Andaillon & Caldeira, 1984). Isto tem levado a manutenção de papéis diferenciados no que diz respeito a participação política.

Quando se examina o envolvimento do sexo feminino a nível local, vê-se que sua participação tem se restringido às atuações beneficentes das primeiras damas de Estado e dos Municípios. A ligação se dá através de campanhas relativas ao bem-estar social. Há uma repetição de trabalhos: são inauguradas creches, asilos, campanhas de agasalho, de alimentos, de defesa civil, auxílio aos flagelados, etc. As senhoras do LIONS e do ROTARY aliam-se a estas campanhas, contribuindo para aumentar a participação feminina em termos de assistência social.

Nas Secretarias de Estado, que atuam junto ao Governo, uma mulher ocupar um posto de Secretário de Estado representa uma raridade. Até pouco tempo, o

posto mais elevado ocupado por uma mulher, no Rio Grande do Sul, era o de Delegada Regional de Ensino. Recentemente, o Governador Jair Soares, eleito em novembro de 1982, nomeou Clorinda Sordi para a Secretaria de Administração.

De uma forma geral, as mulheres têm atuado junto ao Governo do Estado mais como “grupo de apoio” do que como grupo autônomo capaz de pressionar efetivamente o governo com suas reivindicações.

Neste contexto, no que se refere a participação política “stricto sensu”, observa-se que as mulheres gaúchas, como as de outros estados e nações, têm sido inibidas ou desestimuladas a participar em atividades políticas. Uma das razões para esta situação, além da prevalência de uma ideologia patriarcal, pode ser encontrada nas disfunções político-institucionais. O partido no poder, via de regra, não tem permitido maior participação da mulher. Ao Rio Grande do Sul, pode-se aplicar a premissa de que houve modernização sem a concomitante mobilização política do sexo feminino(4).

Outrossim, diversos fatores persistem e acentuam o papel secundário da mulher na esfera política: (a) a falta de preparo adequado para o acesso a trabalhos qualificados; (b) os condicionamentos sociológicos baseados numa tradição dentro de limites já superados; (c) limitações legais que incidem direta ou indiretamente sobre a personalidade jurídica da mulher e sua capacidade de atuação; e, (d) pouca vontade dos detentores do poder em permitir que as mulheres compartilhem do mesmo.

Pode-se dizer que a mulher, de uma forma geral, não faz parte da elite onde se recruta a classe política(5).

Por outro lado, é importante ressaltar que a prevalência de uma atitude personalista no Estado gaúcho, justificada na tradição da natureza feminina, ainda impede o pleno desenvolvimento das faculdades intelectuais da mulher e sua participação em atividades e tarefas comunitárias ou políticas.

Assim, os modelos que a bibliografia relevante postula para explicar a situação da mulher contemporânea são pertinentes à situação da mulher gaúcha. Estes modelos são: (a) o modelo da socialização política, (b) o modelo da seleção diferenciada, e (c) o modelo da mobilização política.

O primeiro modelo postula que as mulheres, em sua maioria são especializadas para papéis apolíticos. Em estudo realizado sobre socialização

---

(4) Para uma análise sobre esta relação, vide: Jussara Reis Prá. *A mulher e sua situação na sociedade porto-alegrense*. Porto Alegre, UFRGS, 1984. Diss. maestr.

(5) No caso dos Estados Unidos onde Geraldine Ferraro foi escolhida como candidata à vice-presidência pela chapa do Partido Democrata, os comentários mais comuns são de que Ferraro conseguirá atrair o eleitorado feminino para este partido. Ora, é muito discutível se o fato de Ferraro ter sido indicada significa um ganho concreto para as mulheres ou se novamente elas estão sendo utilizadas em períodos eleitorais.



política dos adolescentes porto-alegrenses, uma autora constatou que “os meninos são ensinados a ter mais iniciativa do que as meninas, a tomar decisões, a ter qualidades ‘masculinas’, enquanto as meninas são ensinadas a ser mais passivas” (Souza, 1983, p. 127-9).

O segundo modelo, que enfoca as características estruturais do indivíduo, afirma que estas o predispõem para o ativismo político. Em outras palavras, supõe-se que aquelas pessoas que desfrutam um status sócio-econômico privilegiado demonstrem elevado senso de eficácia política. E estariam, portanto, mais aptas para participar de atividades políticas. Este modelo privilegia o sexo masculino, o que explicaria a maior ingerência e predisposição dos homens em tomar parte de atividades desta natureza. Finalmente, em virtude dos dois modelos acima discutidos, o terceiro modelo, o de mobilização política, permite que as mulheres sejam facilmente influenciadas ou mobilizadas numa determinada direção política. Neste contexto a autonomia política estaria ausente.

Os poucos estudos sobre a mulher gaúcha parecem sugerir que as mulheres neste Estado têm sido e continuam a ser socializadas dentro das normas de resignação e conformismo (Souza, 1983, p. 127-9). Parece que os objetivos dos movimentos feministas, pelo menos neste Estado, no sentido de uma emancipação completa, não são interpretados em sua essência. E, como conseqüência, enfatizam superficialmente os aspectos mais importantes para alcançar uma completa autonomia política. Verifica-se, por exemplo, que apesar da existência de movimentos e instituições dedicadas à “defesa da mulher”, as oportunidades que elas têm, em relação aos homens, está longe de ser considerada o ideal. A mulher ainda está sujeita a dupla ou, às vezes, até tripla jornada de trabalho. Esta desigualdade de oportunidades deixa pouco tempo para que a mulher possa se preparar para competir em igualdade de condições com o homem por cargos públicos(6).

Não resta dúvida que a falta de oportunidades oferecidas pela sociedade à mulher, tem se constituído num impedimento substancial de avanço político.

Isto se torna evidente quando se examina a representação parlamentar da mulher gaúcha.

## **A PARTICIPAÇÃO PARLAMENTAR**

A representação parlamentar e eleitoral do segmento feminino da sociedade brasileira foi institucionalizada em 1934. Desde então, apesar da mulher ter se tornado constitucionalmente apta a votar e ser votada, sua participação em atividades parlamentares tem-se mostrado reduzida.

---

(6) Cabe salientar que Judith Astelana tem argumentado que “algumas mulheres aceitam as regras do jogo do poder masculino, em troca de poder exercer determinados direitos” (s.d., p.,17).



Numericamente, as candidaturas femininas a cargos políticos têm sido inferiores às candidaturas masculinas. Também tem sido menor o número de mulheres que, na condição de candidatas, conseguem obter representação nos órgãos legislativos e, principalmente, executivos do governo.

Neste sentido, basta notar a desproporção nos índices parlamentares do sexo masculino e feminino que alcançam as diferentes instâncias do poder político, através de resultados eleitorais (Blay, 1983).

Em 1934, somente duas mulheres ocupam cargos políticos a nível nacional; uma representando São Paulo e a outra Rio de Janeiro, destas apenas a representante paulista possui mandato eletivo (Alves, 1980, p. 126). É importante salientar que a participação feminina na Câmara Federal teve curta duração, pois em 1937, com a implantação do “Estado Novo”, o Congresso foi fechado e os mandatos parlamentares extintos.

Os direitos a ocupar cargos eletivos só foram retomados em 1946, após a inauguração do “novo” período democrático-constitucional. Neste mesmo ano, no auge da fase populista, marcada pela criação das Leis Trabalhistas e pela maior ingerência das massas no processo eleitoral, como forma de sustentação do sistema político, realizaram-se eleições nacionais em todos os níveis.

Analisando-se os quocientes eleitorais a partir de 1946, tendo em vista a participação por sexo, verifica-se que não houve acréscimo significativo no número de mulheres que ocupam cargos políticos(7), exceção feita ao pleito de 1982 onde observa-se o aumento de candidatas e de eleitas. Este aumento, porém, não significa que tenham sido atingidos, pelo segmento feminino, níveis de participação parlamentar que indiquem a existência de equiparação entre o número de homens e mulheres que atuam na política.

Esta desproporção entre o número de eleitos e eleitas, favorável ao segmento masculino, tem-se caracterizado como uma constante na história político-eleitoral brasileira e, reflete-se na ocupação, por parte das mulheres, de postos hierárquicos mais baixos; no exercício de menor número de mandatos parlamentares; no menor número de candidaturas e de candidatas eleitas, etc.

No entanto, apesar de ser quantitativamente reduzida a representação parlamentar feminina, isto não impediu que se projetassem no cenário político-nacional figuras como Bertha Lutz, Sandra Cavalcanti, Ivete Vargas, entre outras. Esta última, recentemente falecida, conta a seu favor o fato de ter sido a primeira mulher e assumir a liderança de um partido político, como Presidente Nacional do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

A nível regional, algumas mulheres também se projetaram politicamente e isto se observa, principalmente, através de suas sucessivas reeleições como é o caso,

---

(7) Sobre a representação parlamentar feminina de 1946 a 1948, vide: Fanny Tabak. “A Baixa Participação da Mulher no Parlamento”. Trabalho apresentado no *VII Encontro Anual da ANPOCS*. Águas de São Pedro, São Paulo, 1983b, p. 2.

por exemplo, de Lygia Lessa Bastos, no Rio de Janeiro, e de Suely de Oliveira, no Rio Grande do Sul. Mas, de modo geral, seja em termos regionais ou nacionais, a atuação parlamentar feminina tende a se mostrar reduzida(8).

Neste ponto, torna-se pertinente analisar a evolução parlamentar feminina no Rio Grande do Sul, através do número de mulheres que ocupam cargos políticos eletivos a partir de 1946.

### **EVOLUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR FEMININA NO RS**

Entre 1946 e 1982, seis mulheres ocuparam cadeiras na Câmara Estadual e quatro na Câmara Municipal de Porto Alegre, não tendo o Rio Grande do Sul nenhuma representante no Congresso Nacional. Dentre estas, três deputadas cumpriram mandatos eletivos e as outras três tomaram assento na Assembléia Legislativa como suplentes, por curto espaço de tempo. Das quatro vereadoras, duas foram eleitas diretamente ao passo que duas assumiram mandato como suplentes(9). É somente a partir de 1950 que a mulher gaúcha vai estar efetivamente representada na Câmara Estadual, e a partir de 1970 na Câmara Municipal.

Apesar disso, a evolução parlamentar da rio-grandense tem início em 1948 quando a operária têxtil, Julieta Bastioli, assume uma cadeira na Câmara Municipal de Porto Alegre, como suplente pelo Partido Social Progressista (PSP), permanecendo até o final da legislatura (1951). Portanto, desde a obtenção do sufrágio feminino, é a primeira vez que uma mulher cumpre mandato político no Estado gaúcho.

Como se pode ver, os resultados das eleições de 1946 não favoreceram o segmento feminino rio-grandense. Eles também não foram positivos para as mulheres em outros estados. Em todo o Brasil, elegeram-se apenas quatro vereadoras e cinco deputadas estaduais, não sendo eleita nenhuma mulher para ocupar o cargo de Deputada Federal(10).

A participação parlamentar feminina na Câmara Federal tem seu reinício em 1950, no mesmo período em que é eleita a primeira deputada estadual no RS.

---

(8) Esta atuação parlamentar reduzida é observável não só em termos numéricos: "A atuação dessas parlamentares em defesa da igualdade de direitos para a mulher e para elevar o seu papel na sociedade é quase sempre muito tímida e tem-se circunscrito a pedidos de criação de creches, reduzir o tempo de trabalho para a aposentadoria da mulher, denunciar atos de discriminação" (Tabak, 1983a, p. 102-3).

(9) Os dados sobre deputadas estaduais e vereadoras eleitas no Rio Grande do Sul, foram coletados nos arquivos da Assembléia Legislativa do Estado e na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, respectivamente.

(10) Os dados sobre candidatas e eleitas no território brasileiro e no RS, após 1946, foram tabulados pelos pesquisadores a partir de dados oficiais do TRE e da Assembléia Legislativa do RS.

De 1951 a 1970 a Assembléia Legislativa representou a única área de atuação política da mulher gaúcha, através da deputada Suely de Oliveira (PTB/PMDB) que exerceu sucessivos mandatos parlamentares e da deputada Terezinha Chaise (MDB) que assumiu seu primeiro mandato em 1967.

De 1971 a 1982, as áreas de atuação política do segmento feminino rio-grandense vão ser a Assembléia Legislativa com Suely de Oliveira (MDB) até 1975 e Dercy Furtado (ARENA), a partir de 1975 e a Câmara Municipal com uma candidata eleita em 1972 (Dercy Furtado-ARENA) e uma eleita em 1976 (Bernardete Vidal — ARENA), em Porto Alegre(11).

Nas eleições de 1982, elege-se a quarta deputada estadual, no RS, Ecléa Fernandes, pelo PMDB (sétima mulher a participar da Assembléia Legislativa) e, reelege-se a deputada Dercy Furtado para exercer o terceiro mandato estadual, agora pelo PDS. A mulher gaúcha, portanto, continuou a ser representada nas Câmaras Estadual e Municipal, passando a ter, nesta última, noventa e oito (98) vereadoras(12). No pleito eleitoral de 1982, outrossim, a rio-grandense obtém sua primeira representação a nível de executivo municipal com a eleição de Iris Alimayer Ranck, pelo PDS, para a Prefeitura do município de Cruzeiro do Sul(13).

Em suma, o aumento da representação parlamentar feminina verificado em 1982, consiste basicamente na ocupação, por parte das mulheres, de um maior número de postos políticos que fazem parte do nível mais baixo da hierarquia governamental (Câmaras Municipais). Por outro lado, verifica-se a ausência de representação feminina nos postos mais elevados da hierarquia política, ou seja, no Congresso Nacional e no Executivo (governo do Estado).

Outrossim, examinando-se a evolução parlamentar da mulher rio-grandense numa perspectiva comparativa (vereadoras e deputadas estaduais eleitas), observa-se que é “maior” o número de candidatas e eleitas para a Câmara de Vereadores. Ao mesmo tempo, verifica-se que é maior a seqüência de atuação da mulher na Assembléia Legislativa; isto é, apesar do número reduzido de deputadas eleitas, a rio-grandense sempre esteve presente na Câmara Estadual depois de 1950.

A partir da Tabela I, examinam-se alguns dados relativos às representantes que tomaram assento na Câmara Estadual, tais como: profissão, legenda partidária, duração de mandatos, e votação obtida. Estas variáveis são

---

(11) Foram citadas somente as vereadoras eleitas por Porto Alegre, em 1972 e 1976 devido a falta de informações exatas sobre o número total de mulheres presentes nas Câmaras de Vereadores do interior do Estado Gaúcho durante este período.

(12) Número este que já vinha crescendo desde as eleições municipais de 1972 e 1976 e que atingiu a quase uma centena em 1982.

(13) Vide: RGS 1982. Prefeitos, Vice-prefeitos, Vereadores (eleitos). Porto Alegre. TRE/RS, 1982, p. 67

importantes para tentar captar algumas características contextuais das mulheres que têm se dedicado à política, nos últimos anos, no estado do Rio Grande do Sul.

Os dados da Tabela I revelam algumas informações interessantes com relação ao perfil das deputadas presentes na Assembléia Legislativa durante o período examinado. Em primeiro lugar, através das atividades profissionais desempenhadas por estas parlamentares observa-se que elas, apesar de possuírem um bom nível de instrução, dedicam-se a carreiras consideradas essencialmente femininas, ou seja, ao magistério.

O fato das mulheres dedicarem-se profissionalmente mais às áreas da Educação tem sido apontado por Bullock & Hays (1983, p. 3), como um dos fatores que contribui para distinguir parlamentares homens de parlamentares mulheres, na medida em que: "... os homens parlamentares, em geral, possuem um bom nível de instrução e ocupam posições de *status* elevado"(14). Neste sentido, as mulheres parlamentares mesmo possuindo, muitas vezes, um bom nível de instrução, ocupam posições de status menos elevado.

TABELA I  
PARTICIPAÇÃO PARLAMENTAR FEMININA NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RS (1950-1982)\*

ANO	DEPUTADAS	SUPLENTE	PROFISSÃO	PARTIDO	IDADE NO 1º MANDATO
1951-1954	Suely de Oliveira		Professora	PTB	35
1955-1958	Suely de Oliveira		-	-	-
1959-1962	Suely de Oliveira		-	-	-
1963-1966	Suely de Oliveira	Marie E. Lopes	(Advogada e Professora)**	(PDC)	(50)
1966-1970	Suely de Oliveira		-	MDB	-
1967-1969	Terezinha Chaise	Zaira Folly	Professora (Industriária)	(MTR)	32 (40)
1971-1974	Suely de Oliveira		-	MDB	-
1975-1978	Dercy Furtado	Dalila Alves	Historiadora (Professora)	ARENA ARENA	47 (57)
1979-1982	Dercy Furtado		-	-	-
1982-1986	Dercy Furtado		-	PDS	-
1982-1986	Ecléa Fernandes		Professora	PMDB	50

\* FONTE: Arquivos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

\*\* Os dados em parênteses referem-se as suplentes.

(14) Conforme estes autores, o Direito é a carreira mais comum exercida pelos homens que se dedicam a atividades diretamente políticas.

No que se refere aos partidos políticos pelos quais se elegeram as parlamentares gaúchas, observa-se que, de 1951 a 1962, somente o PTB está presente neste nível de representação. Entre 1967 e 1974, a ocupação de cargos políticos por mulheres, na Assembléia Legislativa, se dá pelo partido da oposição (MDB). A partir de 1975, até o final da fase bipartidária, esta situação se inverte ficando a representação feminina no Estado a cargo de uma representante do partido governista (ARENA). Um equilíbrio entre eleitas pela oposição e pela situação em uma mesma legislatura só é observado em 1982, quando são eleitas duas deputadas, uma representando o PMDB e a outra o PDS.

Por outro lado, pode ser verificado um certo equilíbrio entre eleitas pela situação e pela oposição ao longo do período que vai de 1950 a 1982, se forem **consideradas** as sucessivas reeleições de Suely de Oliveira (PTB-PMDB) e de Dercy Furtado (ARENA-PDS). E, apesar de ser maior o número de reeleições da primeira deputada, isto não quer dizer que se possa, em princípio, denominar a representação parlamentar feminina no RS como oposicionista.

Outrossim, a atuação destas deputadas coloca a mulher em condições de igualdade com o homem no que se refere à tendência ao exercício de mandatos parlamentares consecutivos que, de modo geral, representam uma característica tipicamente masculina.

Finalmente, é interessante notar que as eleitas encontram-se na faixa etária de 35 a 50 anos. Comparativamente ao segmento masculino, pode significar que as mulheres tendem a entrar na política um tanto tardiamente em relação aos homens. Por outro lado, se forem consideradas as inúmeras barreiras que devem ser transpostas pelas mulheres que decidem ingressar numa área de domínio exclusivo dos homens, a idade com que estas parlamentares ingressam na política parece ser coerente com suas possibilidades de obter cargos políticos eletivos.

Quando se examina a evolução da representação política da mulher, não se pode, evidentemente, negligenciar o impacto do Estado sob esta evolução.

Portanto, para se proceder ao exame da representação parlamentar feminina, é relevante ter presente três períodos da história político-eleitoral brasileira que de alguma forma contribuíram para influenciar a participação parlamentar da mulher. São eles: (1) de 1946 a 1962, fase que corresponde à “redemocratização” do país, iniciada em 1945, caracterizada pelo multipartidarismo, pela proliferação de partidos políticos e pelas coalizões partidárias; (2) de 1966 a 1978, fase posterior ao Golpe Militar, caracterizada desmobilização da sociedade civil, pela supressão das garantias individuais, pela cassação de mandatos políticos, pelos mandatos biônicos, pelos atos de recessão e pela criação do sistema bipartidário, (3) fase iniciada em 1982, que corresponde à “abertura política”, à volta das eleições diretas para alguns níveis do poder executivo, e ao retorno do multipartidarismo com a criação de vários partidos de oposição.

A representação política feminina no período que vai de 1946 a 1962, apresenta-se estável quanto ao número de representantes eleitas. No Brasil, entre vereadoras, deputadas estaduais e federais, as mulheres somaram um mínimo de

nove(9) representantes (1946) e um máximo de onze (11) (1962) sendo que, em 1946 não foram eleitas deputadas federais e em 1962, não se realizaram eleições para a vereança(15).

No Rio Grande do Sul, como já foi mencionado, durante este período a representação feminina se dá através da Assembléia Legislativa. A primeira representante a fazer parte do Legislativo gaúcho é Suely Gomes de Oliveira, professora estadual, que em 1950 é eleita para seu primeiro mandato como deputada pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Reeleita por cinco vezes consecutivas, cumpre quatro mandatos pelo PTB. Com a implantação do bipartidarismo, após 1964, transfere-se para o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e sob esta legenda cumpre mais dois mandatos parlamentares, participando, no total, de seis legislaturas.

Durante a fase multipartidária, Suely de Oliveira foi praticamente a única mulher a atuar politicamente na Assembléia Legislativa do Estado. Neste período, houve algumas candidaturas femininas mas nenhuma das candidaturas conseguiu se eleger. O fato de Suely ter-se candidatado desde 1950 até 1962 pelo PTB, partido de grande penetração no RS, talvez tenha contribuído para que ela obtivesse sucessivos mandatos como única representante feminina.

A importância eleitoral do PTB no RS é enfocada por Hélio Trindade (1978), ao analisar os padrões eleitorais neste Estado entre 1950 e 1962. Segundo o autor:

“A maioria dos resultados globais das eleições majoritárias e proporcionais mostra que os eleitores gaúchos votam segundo padrões de relativa estabilidade. A estabilidade, se explica, em grande parte, pela fidelidade partidária dos eleitores, sobretudo ao PTB e PL, que são partidos de implantação bastante estável” (p. 154).

A título de exemplo, é interessante mencionar que as suplentes de deputados, que assumiram temporariamente mandatos, na Câmara Estadual, enquanto Suely de Oliveira foi deputada pelo PTB, pertenciam ao Partido Democrático Cristão (PDC) e ao Movimento Trabalhista Renovador (MTR), partidos que não possuíam o mesmo potencial eleitoral do PTB no Estado.

**Encerrada a fase multipartidária e criado o bipartidarismo em 1966, observa-se o aumento no número de mulheres eleitas. De onze em 1962, elas passam a vinte e uma em todo o País. Nestas eleições, as candidatas do MDB obtiveram doze cadeiras nas Câmaras Estaduais, contra seis da ARENA e três na Câmara Federal, enquanto o partido governista não elegeu candidatas a este nível. O Estado gaúcho que anteriormente contava com uma deputada estadual, passa a**

---

(15) A este respeito é interessante notar que apesar de ser maior o número de eleitas como vereadoras em 1982, a representação feminina na Assembléia Legislativa, apesar de pouco expressiva e de ter tido no máximo duas representantes, num mesmo mandato, mostra uma continuidade de mulheres eleitas a partir de 1950, não observável nas eleitas às Câmaras Municipais.



ter duas pelo MDB. Contribuíram para o acréscimo de mulheres eleitas: o Movimento Militar de 64; a reformulação do quadro partidário criando o bipartidarismo e as candidaturas femininas pelo MDB em substituição a muitos dos políticos cassados.

É exatamente na condição de esposa e “substituta” de Sereno Chaise, **ex-prefeito de Porto Alegre**, eleito pelo antigo PTB e cassado em 1965, que Terezinha Chaise elege-se deputada Estadual pelo MDB, atingindo uma votação sem precedentes na história das candidaturas femininas no RS, 51.462 votos. Votação bem superior a obtida pela outra candidata oposicionista, Suely de Oliveira que se reelege pela quarta vez consecutiva com 12.521 votos, e, que não foi superada nem mesmo pelas candidatas do PMDB (38.738) e do PDS (25.994) em 1982(16).

Teresinha Gisela Irigaray Chaise é a segunda mulher a exercer mandato eletivo na Assembléia Legislativa do RS. Sua participação parlamentar teve curta duração e, apesar do respaldo popular obtido com a soma de votos, seus direitos políticos foram cassados em 13 de março de 1969, pelo “Excelentíssimo Sr. Presidente da República, nos termos do Art. 4º do Ato Institucional Nº 5 de 13 de dezembro de 1968”(17). Com a cassação de Terezinha Chaise, o número de deputadas de oposição, presentes na Assembléia do Estado, passa de duas para uma.

As medidas políticas repressivas adotadas pelo governo, entre elas o Ato Institucional Nº 5, contribuíram para reduzir o número de deputadas oposicionistas em todo o território brasileiro e, apesar das mulheres se constituírem uma exceção entre parlamentares homens, devido ao pequeno número de mulheres eleitas até então, estas medidas não deixaram de representar um retrocesso em termos de representação e mesmo de evolução parlamentar feminina.

No ano de 1970, são realizadas eleições somente a nível estadual. Os cargos obtidos pelas mulheres, em número de dez, são divididos entre ARENA e o MDB (5 para cada partido). É interessante notar que o número de deputadas eleitas para as Câmaras Estaduais, em 1970, é idêntico ao de eleitas para esta instância em 1962. No RS, a deputada Suely de Oliveira é reeleita pelo MDB e exerce seu último mandato parlamentar(18).

---

(16) Nas eleições de 1982, o RS apresenta o segundo menor índice de abstenção eleitoral do país, depois do Estado de São Paulo, e o número de eleitores é bem maior se comparado as eleições de 1966.

(17) Conforme arquivos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

(18) Durante o período que Suely de Oliveira atuou na Assembléia Legislativa, três outras mulheres, como suplentes de deputadas, ocuparam provisoriamente as cadeiras de deputados estaduais. Em dezembro de 1964, Marie Else I. P. Correa Lopes, advogada e professora, aos 50 anos, assume por um mês o lugar do deputado Mario Mondino pelo PDC. Em abril de 1966, Zaira Siqueira Folly,



Nas eleições de 1974 e 1978, realizadas a nível estadual e federal não se verificam alterações significativas no número de mulheres que ocupam cargos políticos. Em 1974, entre as 16 eleitas para as instâncias estaduais mais uma vez ARENA e MDB dividem as cadeiras, com 8 das candidatas eleitas como representantes do partido governista e 8 da oposição. A nível Federal elege-se apenas uma candidata pela ARENA. Em 1978, são eleitas seis candidatas para as Câmaras estaduais e quatro para a Câmara Federal. A maior parte das deputadas federais e estaduais pertence ao MDB. No Rio Grande do Sul, Dercy Furtado é reeleita, para a Câmara Estadual.

**Dercy Terezinha Vieira Furtado elege-se pela ARENA em 1974, com 21.708 votos, e, em 1978 com 24.708 votos.** Com a implantação do multipartidarismo, é reeleita, mais uma vez pelo partido do Governo (PDS), com 25.994 votos, a historiadora e ex-vereadora pela ARENA Dercy Furtado. Esta assume seu primeiro mandato como deputada estadual em 1975, ano em que a deputada oposicionista Suely de Oliveira encerra suas atividades parlamentares. Assim, Dercy Furtado permanece como a única representante feminina na Assembléia Legislativa do Estado, pelo partido governista, até 1982, quando passa a dividir a representação feminina, na Câmara, com Ecléa Fernandes.

Ecléa Fernandes, mestre em educação, assume seu primeiro mandato como deputada estadual pelo PMDB, em 1982, com a contagem de 38.738 votos, votação superior a obtida pela deputada situacionista Dercy Furtado. É possível que sua condição de ex-primeira dama do Estado e de esposa do ex-governador pedessista, e no momento, candidato a deputado federal pelo PMDB, tenha lhe valido boa parcela dos votos obtidos em 1982(19).

As eleições de 1982 realizam-se para todos os níveis legislativos e para os executivos estaduais e municipais, sob um regime eleitoral multipartidário. É importante lembrar que após 20 anos, os candidatos aos governos de Estado são eleitos diretamente e que nenhuma mulher é eleita para governos de Estado. Com relação a distribuição dos cargos entre homens e mulheres nas Câmaras Federal e Estadual, observa-se que apesar de ter aumentado o número de mulheres eleitas, em relação aos anos anteriores, somente oito mulheres se elegem deputadas federais, ao passo que é de 471 o total de homens eleitos para estes cargos; as

---

industrial, aos 40 anos ocupa a vaga do deputado Flávio Ramos, pelo extinto MTR. E, finalmente, em 25 de novembro de 1974, Dalila Floriano Alves, professora estadual, aos 57 anos, é compromissada e assume o mandato de deputada estadual, visto ter sido eleita 4ª suplente pela ARENA, como substituta de Néelson Marchesan que foi nomeado Secretário do Trabalho e Ação Social.

(19) Charles Bullock e Patrícia Findly (1983, p. 1) têm argumentado que as congressistas cujos nomes são conhecidos dos eleitores e/ou gozam do prestígio adquirido pelo marido, necessitam contar menos com sua própria força de atração e iniciativa para conquistar um cargo do que as congressistas que não são favorecidas com estes atributos.

**deputadas estaduais somam 28, enquanto é de 919 o número de eleitos para as Câmaras estaduais(20).**

No Rio Grande do Sul, são apresentadas 5 candidatas à Câmara Federal e 6 à Assembléia Legislativa; entre estas, elegem-se apenas duas deputadas estaduais. No total de 1131 vereadoras eleitas em todo o Brasil, 98 são gaúchas (45 do PDS), (37 PMDB), (16 PDT), e entre 82 prefeitas brasileiras, uma é do RS. A Tabela II apresenta a distribuição das vereadoras eleitas no Estado. Em Porto Alegre, são eleitas 4 vereadoras: Bernadete Vidal (PDS — 6.438 votos), Terezinha Chaise (PDT — 6.308 votos), Glasis Mandelli (PMDB — 3.950 votos) e Jussara Cony (PMDB — 3.948 votos)(21).

TABELA II  
VEREADORAS ELEITAS NO RS - 1982

MUNICÍPIOS	PDS	PMDB	PDT	TOTAL
Interior	41	27	11	79
Grande Porto Alegre	3	8	4	15
Capital	1	2	1	4
				98

FONTE: Dados oficiais do TRE/RS.

Grande Porto Alegre inclui: Alvorada, Cachoeirinha, Gravataí e Canoas.

A análise da evolução dos mandatos parlamentares femininos, através do número de mulheres eleitas para as diferentes instâncias do poder público a partir de 1934 e, mais especificamente de 1946, torna evidente que, apesar da mulher ter adquirido o direito de votar e ser votada, seu papel no cenário político pouco evoluiu após esta conquista.

(20) O número de homens e mulheres registrados e eleitos em 1982, por partidos, no âmbito estadual e federal encontra-se em: Silvia Pimentel. "A Mulher e as Eleições de 1982". Trabalho apresentado no VII Encontro Anual da ANPOCS. Águas de São Pedro, São Paulo, 1983. p. 18.

(21) Vide: RGS 1982. 1982, p. 159.

Observa-se também, que entre 1946 e 1978, é reduzido o número de parlamentares eleitas. Feita a ressalva, de que nas eleições de 1966 e 1974, durante a fase de bipartidarismo, houve uma alteração no percentual de mulheres que passam a fazer parte dos órgãos legislativos tanto a nível Federal como Estadual (Vide nota 4).

Estes resultados, porém, não podem ser comparados aos do pleito eleitoral de 1982, quando é considerável o aumento do número de candidatas eleitas para as diferentes instâncias do poder público.

Por outro lado, não se pode simplesmente tomar os resultados de 1982 como parâmetros para medir a evolução parlamentar feminina sem se levar em conta: (1) o fato da mulher representar mais de 50% da população brasileira; (2) o crescimento do eleitorado feminino, verificado em 1982(22); (3) o número bem inferior de mulheres que participam de cargos eletivos comparativamente ao número de parlamentares do sexo masculino; e, (4) que os cargos políticos ocupados por mulheres, via de regra, estão restritos aos escalões inferiores da vida pública.

Com relação à mulher gaúcha, observa-se que a sua participação parlamentar não chegou às instâncias superiores da hierarquia governamental, de tal forma **que a rio-grandense ainda não foi representada no Congresso Nacional, apesar de se apresentarem postulantes a estes cargos.** E sua representação em cargos eletivos só não atingiu zero no total de eleitas devido a presença constante, a partir de 1950, de uma deputada na Assembléia Legislativa do Estado.

Em resumo, a evolução parlamentar feminina a nível do Rio Grande do Sul, se se leva em conta o peso e importância populacional e eleitoral das mulheres(23), não se tem traduzido na ocupação de um maior número de cargos públicos. O aumento observado na representação parlamentar em comparação ao dos homens é infinitamente menor. Em termos absolutos, a mulher está hoje na mesma situação do que décadas atrás.

Em função da pouca representatividade da mulher gaúcha em cargos políticos eletivos, torna-se pertinente indagar: “Por que a representação feminina no parlamento tem se mostrado baixa em relação ao potencial político feminino **rio-grandense?**”. Para responder a esta questão é importante examinar a tradição do sexo feminino em termos de participar de atividades políticas, em relação ao homem.

---

(22) Ver Silvia Pimentel, 1983, p. 11.

(23) Com relação ao potencial eleitoral do **segmento** feminino no RS, é importante notar que apesar do decréscimo do número de eleitores (principalmente entre o segmento masculino) verificado a partir do primeiro semestre de 1983, em alguns municípios do Estado; no primeiro semestre de 1984, as mulheres representavam 48% do eleitorado oficial no total de municípios gaúchos e, 52% do total do eleitorado da capital.

## PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E AS ELEIÇÕES: UMA PERSPECTIVA LONGITUDINAL

A análise dos dados oficiais referentes à evolução do papel da mulher gaúcha na ocupação de cargos públicos, como foi visto na seção anterior, confirma que, de fato, apesar do segmento feminino se constituir num grupo majoritário quantitativamente em relação ao sexo masculino, a sua representação é quase que insignificante nos vários níveis parlamentares. Nota-se, por exemplo, que quanto mais elevado o cargo, menor o número de mulheres que a ele se candidatam. Em alguns casos (Governador) é mínimo o número de postulantes do sexo feminino.

Os vários estudos que têm se preocupado em examinar o papel da mulher na política, têm, consistentemente, atribuído a pouca participação da mulher na política a elementos tais como: maior índice de alfabetização do sexo masculino (Blay, 1983); crença de que participar da vida pública ainda é uma função essencialmente masculina (Baquero, 1982); falta de autonomia da mulher na tomada de decisões (Oliveira, 1983); conformismo da mulher latino-americana (Mattelart, 1976); socialização política diferenciada entre os sexos (Duverger, 1957); e, influência de regimes autoritários, na medida em que estes desmobilizam o segmento feminino de atividades políticas (Tabak, 1983a).

Todos estes aspectos, de uma forma geral, continuam a prevalecer no Rio Grande do Sul, que, apesar de ser considerado um Estado historicamente dinâmico, do ponto de vista político, pouco se diferencia de outros estados e nações em termos do espaço que concede ao segmento feminino.

Continua a persistir uma discriminação bastante acentuada no que se refere ao tratamento da mulher na esfera política. A continuação de um padrão tradicional no *comportamento político* da mulher pode ser constatado através de uma avaliação longitudinal da participação feminina em várias atividades políticas.

Neste contexto, são examinados os padrões de envolvimento político entre 1968 e 1982, tendo-se como fontes de variação e comparação o sexo masculino.

Assim, foram utilizados vários indicadores do envolvimento que transcendem o ato de votar durante pleitos eleitorais. O exame de outros indicadores de participação proporcionou uma melhor compreensão dos níveis reais de participação política entre homens e mulheres.

Os indicadores de participação política utilizados neste trabalho são apresentados na Tabela III.

TABELA III  
INDICADORES DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO RIO GRANDE DO SUL

1. Compareceu a comícios
2. Convenceu outra pessoa a votar no seu candidato
3. Assinou manifesto público
4. Desenvolveu atividades eleitorais voluntariamente
5. Participa ou participou de associações
6. Contribuiu em dinheiro para campanhas eleitorais

TABELA IV  
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM PORTO ALEGRE POR SEXO (1968-1978)

	1968		1974		1978		1982	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Compareceu a comícios	37%(102)*	20(122)	28(153)	11(113)	16(184)	4(245)	18(248)	8(318)
Convenceu alguém a votar no seu candidato	26(102)	15(122)	24(153)	18(213)	20(182)	17(62)	-	-
Abaixo assinados	9(107)	3(181)	5(153)	3(213)	4(184)	2(244)	4(248)	3(260)
Tarefas eleitorais	18(102)	4(121)	14(153)	4(213)	5(184)	5(245)	12(249)	6(320)
Contribuições financeiras	12(93)	4(12)	5(153)	3(33)	5(180)	3(203)	4(249)	3(320)
Participação em Associações	40(56)	44(68)	34(153)	33(212)	8(174)	8(245)	12(240)	15(327)

FONTES: Pesquisas pré-eleitorais de 1968, 1974, 1978 e 1982 - UFRGS.

\* Os números em parênteses referem-se aos casos para cada ano.

\*\* Para somar 100% para cada item, subtrair a percentagem apresentada de 100 (por exemplo: para 1968, categoria masculina 100-37 = 73% de homens que não compareceram a comícios).

É importante ressaltar que estas atividades se referem, especificamente, à participação em atividades de cunho eleitoral não estando incluídas atividades nas quais as mulheres tem se manifestado mais dinâmicas, tais como sindicais ou em movimentos sociais.

Infelizmente, existem poucos dados sobre outras formas de participação o que faz com que sejam examinadas somente aquelas atividades desenvolvidas em torno de períodos eleitorais.

Feita esta ressalva, examina-se, numa perspectiva comparativa, a participação do sexo feminino nas atividades apresentadas na Tabela III.

A próxima Tabela (IV), apresenta o nível de participação por sexo, revelando alguns dados esperados, em função da análise anterior sobre representação parlamentar.

Em primeiro lugar, os dados no seu conjunto mostram que a mulher tende a participar com menor intensidade de todas as atividades mencionadas. Em termos de comparecer a comícios públicos, as mulheres, em relação aos homens, participam pouco. Apesar do número aparentemente significativo de mulheres participando de comícios públicos, tais como as marchas pelas diretas, pode-se dizer que ainda existe um certo preconceito em relação a ver uma mulher sozinha tomando parte em atividades desta natureza. Dadas as características da sociedade gaúcha, comparecer a comícios ainda é visto como uma atividade essencialmente masculina. Os dados confirmam esta observação.

No que se refere ao segundo indicador, nota-se que o grau de comunicação política é substancialmente maior entre os homens do que entre as mulheres, tomando-se como parâmetro de comparação a tentativa de uma pessoa em persuadir outra pessoa a votar no seu candidato. Na medida em que este tipo de ato requer um alto senso de eficácia e de conhecimento político. Por outro lado, se for correta a observação de que as mulheres atualmente estão tão politizadas quanto os homens, não deveriam existir diferenças significativas entre os sexos no que diz respeito a este segundo item. Este, no entanto, não é o caso. Vê-se nitidamente, que os homens são mais ativos em tentar convencer outras pessoas a votar neste ou naquele candidato. Por outro lado, é possível, inclusive, que ainda exista uma grande influência da mulher orientar seu voto na direção determinada pelo "marido". Não num contexto de coerção, mas, simplesmente, pela falta de informação política e de maior interesse no que está ocorrendo na área política.

**O mesmo padrão de participação constata-se na atividade referente a abaixo-assinados.** Embora este tipo de ação reivindicatória seja comum em países democráticos; em sistemas de tradição autoritária, ao contrário, existe uma desconfiança natural por parte da sociedade em assinar qualquer documento, mesmo que este se constitua num instrumento legítimo de reivindicar alguma coisa perante o Estado. Esta desconfiança poderá ser maior entre as mulheres, afeta também, de forma significativa, aos homens. De tal modo que as percentagens de pessoas favoráveis a **abaixo-assinados** são bastante reduzidas em todo o período examinado (1968-1978).

Quanto ao item tarefas eleitorais, novamente constata-se o número reduzido de mulheres participando desta atividade. Esta atividade tem sido caracterizada como sendo a mais útil para identificar os grupos mais ativistas e participativos. No caso dos quatro períodos eleitorais aqui estudados, observa-se um fenômeno interessante. Para os homens, há uma diminuição percentual de 1968 para 1978 (18%, 14% e 5% respectivamente) no tempo dedicado a ajudar partidos políticos ou candidatos a conseguir votos através de tarefas eleitorais (colocar cartazes, distribuir panfletos, etc.). Este percentual aumenta para 12%, em 1982, talvez porque a abertura política e o sistema multipartidário tenham propiciado um maior engajamento por parte dos eleitores. Já no caso do sexo feminino, os níveis se mantêm constantes durante 1968 e 1974, aumentando levemente para 1978 (5%) e 1982 (6%), igualando-se quase ao nível de envolvimento dos elementos do sexo masculino.

Este aumento observado no caso das mulheres, em parte, poderia ser atribuído ao início de um processo de distensão política, no qual os partidos políticos se organizam de uma forma mais eficiente, exigindo que as pessoas que simpatizam com este ou aquele partido se esforcem para desempenhar tarefas de divulgação de programas partidários junto ao eleitorado. Aparentemente, as mulheres assumiram um papel mais ativo em relação a si mesmas do que em períodos anteriores.

O próximo indicador, contribuições financeiras para partidos ou candidatos, deve ser examinado com precauções.

Em primeiro lugar, porque não existe uma tradição por parte da sociedade civil gaúcha e brasileira no sentido de dar contribuições em dinheiro a partidos e/ou candidatos durante campanhas eleitorais, como por exemplo, é feito nos Estados Unidos. Segundo, porque este tipo de atividade se restringe muito mais a grupos poderosos com interesses específicos na vitória deste ou daquele candidato. Esta observação parece ser confirmada através dos dados, uma vez que é somente em 1968 que um número relativamente significativo respondeu ter contribuído com dinheiro para partidos ou candidatos. Estas pessoas, na sua maioria, eram do sexo masculino. No contexto longitudinal (1968-1982) a percentagem diminui substancialmente. Padrão idêntico é observado com relação ao sexo feminino.

A única atividade, entre as examinadas, na qual as mulheres têm desempenho superior ao dos homens é na participação em associações, ou seja, é comum constatar um envolvimento feminino bem maior em atividades de cunho social do que em atividades políticas.

Estas atividades de cunho social têm um efeito positivo para as mulheres na medida em que representam um elemento a mais para a politização feminina. É inevitável que este tipo de atividade permita que a mulher tome conhecimento de temas políticos e discuta estes temas num ambiente de igualdade e segurança. Entretanto, a politização feminina não tem se traduzido em comportamento mais



participativo. Isto fica claro quando se examina a participação das mulheres em outras atividades como aquelas que foram previamente discutidas.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados deste estudo, de certa forma, não confirmam as premissas básicas propostas pela bibliografia sobre o assunto, pelo menos a nível do Rio Grande do Sul, mais especificamente de Porto Alegre. Mesmo que estes resultados não possam ser considerados conclusivos, revelam certas tendências no processo de ingerência política da mulher porto-alegrense.

A análise dos dados referentes a representação parlamentar demonstraram que a participação política feminina em atividades parlamentares tem se mostrado, via de regra, bastante reduzida. E, ao mesmo tempo que o número de eleitas do sexo feminino é infinitamente inferior ao número de **candidatos** eleitos do sexo masculino para os vários níveis de cargos públicos. Ficou evidenciado que a representação parlamentar da mulher está longe de ser compatível com o percentual atual de eleitores (+ ou — 48% em 1982) e também com o contingente populacional feminino, que corresponde a maior parte da população brasileira.

Contudo, apesar de paradoxal, pode-se falar em evolução parlamentar feminina, desde que se deixe de lado o potencial populacional e eleitoral feminino. O índice real de parlamentares do sexo feminino, em termos comparativos, meio século depois de ter sido obtido o sufrágio feminino e se se leva em conta os diferentes momentos da história político-eleitoral brasileira que promoveram alternadamente avanços e retrocessos de participação política nos diversos segmentos da sociedade, uma vez que o segmento feminino parece ter sido afetado diretamente por estas oscilações.

No que se refere aos dados das pesquisas de campo, surgem alguns pontos interessantes. Embora reconhecendo-se as limitações dos indicadores de participação política utilizados neste trabalho, é interessante notar o reduzido número de mulheres que respondeu afirmativamente a participação nas atividades apresentadas.

Os dados, outrossim, revelam que, da mesma forma que a participação parlamentar feminina tende a ser reduzida, também sua participação em atividades político-eleitorais não tem aumentado em proporção adequada ao seu peso eleitoral.

As razões para a deficiência da ingerência política da mulher foram apontadas no decorrer deste trabalho.

Entretanto, é importante ressaltar que embora a concessão do voto feminino tenha alterado a situação da mulher enquanto ator social para um papel mais ativo, não se pode afirmar que concomitantemente tenha ocorrido uma mudança revolucionária no seu status político (como ativa participante), nem tampouco uma variação significativa no que se denomina de “condição feminina”. A participação política da mulher continua a ser uma exceção e não uma norma.

Historicamente este papel pouco tem mudado. O papel da mulher na política continua a ser visto como sempre o foi, ou seja, como algo secundário.

De uma forma geral, a concessão do voto feminino não alterou substancialmente as relações de poder dentro da sociedade brasileira no seu conjunto. A mulher continua a se subordinar ao mundo político determinado pelo sexo masculino. Falta uma maior conscientização por parte da mulher no sentido de poder explorar de forma mais adequada e eficiente seu potencial eleitoral. Não é suficiente votar em eleições ou participar de atividades sociais, há uma necessidade de um maior comprometimento por parte do sexo feminino de mudar a sua condição política através de uma maior ingerência autônoma.

Evidentemente que além de uma maior conscientização, por parte da mulher, deve também existir um esforço mais autêntico por parte das instituições políticas e por parte do Estado, principalmente em termos de estimular a participação da mulher em todas as esferas políticas, tanto a nível de ocupar cargos públicos, bem como em atividades do dia a dia. Outrossim, torna-se claro que o Brasil e particularmente o RS estão longe de alcançar uma sociedade realmente participativa e, neste processo, as mulheres estão ainda ancoradas a condição muito incipiente de uma verdadeira ingerência política efetiva.

Fica claro, por outro lado, que as pesquisas que venham a ser realizadas no futuro devem incluir propostas efetivas de como organizar o segmento feminino para uma verdadeira participação através de uma emancipação real e concreta.

Finalmente, cabe salientar que este trabalho faz parte de um estudo mais amplo sobre a condição da mulher no Rio Grande do Sul.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMOND, Gabriel & VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Boston, Little Brown, 1963.
2. ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1980.
3. ANDAILLON, Danielle & CALDEIRA, Teresa. *Mulher: indivíduo ou família*. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, 2(4):, 1984.
4. ASTELARRA, Judith. *O sexismo na Sociologia; algumas manifestações, soluções e problemas*. Rio de Janeiro, Núcleo de Estudos sobre a Mulher, PUCRJ, s.d.
5. BAQUERO, Marcello. *A participação política da mulher gaúcha: duas décadas de avaliação*. Porto Alegre, UFRGS, 1982. Mimeogr.
6. BLAY, Eva Alterman. *A participação das mulheres na redemocratização: aspectos das eleições de 1982*. Trabalho apresentado no VIII Encontro Anual da ANPOCS. Águas de São Pedro. outubro 1983.

7. BULLOCK, Charles S. & HAYS, Patrícia Lee Findly. Recrutamento de mulheres para o congresso: nota de pesquisa. In: MULHER e parlamento. Trad. de Paula Maria Rosas. Rio de Janeiro, Núcleo de Estudos sobre a Mulher, PUCRJ, 1983.
8. DUVERGER, Maurice. *La participation des femmes a la vie politique*. Paris, Unesco, 1955.
9. HUNTINGTON, Samuel & NELSON, Joan. *No easy choice: political participation in developing countries*. Cambridge, Harvard University Press, 1976.
10. LIPSET, Seymour M. *Political man*. New York, Penguin, 1974.
11. MATTELART, Michele. Chile: the feminine version of the Coup de Etat. In: NASH, June & SAFA, Helen Icken, ed. *Sex and class in Latin America*. New York, Praeger, 1976.
12. MILBRATH, Lester W. *Political involvement: how and why do people get involved in Politics*. Chicago, Rand McNally, 1965.
13. OLIVEIRA, Eleonara Minicucci de. *Eleições de 82 e a autonomia dos movimentos feministas: participação das mulheres de uma favela de João Pessoa nas eleições de 82*. Trabalho apresentado no VIII Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro, outubro 1983.
14. PIMENTEL, Sílvia. *A mulher e as eleições de 1982*. Trabalho apresentado no VIII Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro, outubro 1983.
15. PRÁ, Jussara Reis. *A mulher e sua situação na sociedade porto-alegrense*. Porto Alegre, UFRGS, 1984. Diss. maestr.
16. RGS 1982: prefeitos, vice-prefeitos, vereadores (eleitos). Porto Alegre, Tribunal Regional Eleitoral do RGS, 1982.
17. SOUZA, Ayda Connia de. *Socialização política: a família e a escola na formação das atitudes e comportamentos políticos dos adolescentes de Porto Alegre*. Porto Alegre, UFRGS, 1983. Diss. maestr. Ciência Política.
18. TABAK, Fanny. *Autoritarismo e participação política da mulher*. Rio de Janeiro, Graal, 1983a.
19. ---. *A baixa participação da mulher no parlamento*. Trabalho apresentado no VIII Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro, outubro 1983.
20. TRINDADE, Helgio C. Padrões e tendências do comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul. In: LAMOUNIER, Bolívar & CARDOSO, Fernando Henrique, org. *Partidos políticos e eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

#### ABSTRACT

More than ever, the Brazilian society, as it goes through a process of political transition, has to incorporate various social groups that traditionally were marginalized from the political process.

One of these groups, among others, is composed of women. From a general point of view, it is known that several factors have been important in **keeping** women away from political activities: Some of these factors are: the existence of a patriarchal society, the maintenance of traditional norms and values of social behavior, a differentiation in the political socialization process of men and women, and the emergence and prevalence of authoritarian regimes.

This study has as its main objective to analyze women's political participation in Rio Grande do Sul, Brazil, in two moments: The first moment examines the women's parliamentary representation from a historical perspective (1946-1982). At a second moment, utilizing data from pre-electoral **surveys** (1968-1982), seeks to identify the various forms of women's political participation, compared to that of men.

The results indicate that women, at least in Rio Grande do Sul, in terms of political participation has experienced little advancement. The increases in women's participation observed in the longitudinal analysis is far from being considered the ideal, given the electoral weight of the feminine sex.

*(Recebido para publicação em 30.8.1984).*